

**HABEAS CORPUS Nº 567.599 - SP (2020/0071677-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
JOYCE SANTOS DE OLIVEIRA PALMA RESENDE -  
SP275703  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : TATIANA ROSA REIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim relatado (fl. 43):

Trata-se de “Habeas Corpus” impetrado pela Defensoria Pública em favor de Tatiana Rosa Reis, tendo por autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Franca, ao argumento de que a Paciente sofre constrangimento ilegal porque teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em decisão carente de fundamentação idônea, pois ausentes os pressupostos e fundamentos da custódia cautelar. Aponta desproporcionalidade na constrição e acrescenta que a Paciente é mãe de uma menina de 12 anos. Pretende que a custódia seja revogada, substituída por medida cautelar diversa, deferida a liberdade provisória, ou a prisão domiciliar.

Indeferida a liminar pleiteada, a autoridade apontada como coatora prestou informações.

A Procuradoria Geral de Justiça opinou pela denegação.

A paciente foi presa em flagrante, tendo a custódia convertida em preventiva, por incursão no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06.

Daí o presente *writ*, no qual a Impetrante aponta para a ausência de fundamentação do decreto e dos requisitos para a decretação da prisão preventiva. Sustenta, igualmente, desproporcionalidade entre a cautelar corporal e a pena que eventualmente venha a lhe ser imposta. Sustenta, ademais, que, em face da pandemia da doença COVID-19, causada pelo coronavírus, os centros prisionais serão transformados em focos de alastramento dessa moléstia.

Nesse sentido requer, liminarmente e no mérito, a concessão do *habeas corpus* para a revogação da prisão preventiva da paciente ou sua substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional,

somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva foi assim fundamentada (fls. 35/37):

A prisão em flagrante está formalmente em ordem, uma vez que foi realizada com base no artigo 302 do Código de Processo Penal, inexistindo qualquer irregularidade a ser declarada, de modo que deixo de relaxar a prisão cautelar do investigado. Também não é o caso de concessão de liberdade provisória, uma vez que não se afigura, de plano, a presença de nenhuma causa de exclusão da punibilidade ou da culpabilidade nas condutas, estando, assim, presentes o requisito previsto no artigo 312 do Código de Processo Penal. De igual forma, não há que se falar em arbitramento de fiança ou aplicação de medidas cautelares. E mais, a Lei nº 8.072, de 25.07.1990, determina que o tráfico de entorpecentes, delito equiparado a crime hediondo, é insuscetível de fiança (artigo 2º, inciso II, pela redação dada pela Lei nº 11.464/07). No caso concreto, deve ser acolhida a manifestação do representante do Ministério Público, convertendo-se a prisão em flagrante em prisão preventiva, na forma do artigo 310, inciso II, da Lei nº 12.403/11, uma vez que há indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas, consistentes no auto de prisão em flagrante delito, em que foram ouvidos policiais militares, além do boletim de ocorrência, laudo pericial de constatação provisória, verificando-se, mesmo em sede de cognição rasa, a presença dos requisitos para a conversão da prisão em flagrante em preventiva, na forma do artigo 310, inciso II, da Lei nº 12.403/11, com a necessidade de estancamento da mercancia proscrita narrada nos autos. Em prol da ordem pública, deve-se verificar que o(a) autuado(a) estaria na posse de razoável quantidade de droga, consistente em 21 porções de maconha, embaladas individualmente, pesando 29,24 gramas, 19 porções de cocaína pesando 2,54 gramas, 14 pedras de crack pesando 12,48 gramas, além de R\$ 361,75 em dinheiro, uma folha de caderno contendo anotações típicas da traficância e uma balança de precisão. Ao que consta, os investigadores de polícia receberam delação apontado que a autuada Tatiana e seu filho João Vitor estariam praticando o tráfico ilícito. Em averiguações preliminares no local, os policiais civis verificaram movimentações suspeitas, em que João Vitor travava contato com pessoas e entregava algo a elas, recebendo uma retribuição. Diante da situação, reportaram o ocorrido à autoridade policial e obtiveram mandado judicial de busca e apreensão domiciliar. Assim, na data de ontem, diligenciaram até o local, sendo que João Vitor, ao perceber a presença da equipe, empreendeu fuga. A autuada Tatiana, por sua vez, saiu no portão e, ao visualizar os policiais, retornou rapidamente para o interior da residência, sendo abordada quando retornava de uma varanda nos fundos da casa.

Ato contínuo, os policiais deram início à vasculha, oportunidade em que

localizaram na varanda, dentro de uma pochete que estava no cesto de roupas, e no quarto de João Vitor as porções de maconha, cocaína e crack supramencionadas, além de parte do numerário acima listado, balança de precisão e manuscritos indicativos de contabilidade de venda de entorpecentes. No quarto de Tatiana foi encontrado o restante do dinheiro apreendido, consistente em R\$ 109,00. Em seu interrogatório extrajudicial, a autuada atribuiu a prática de traficância a João Vitor, contudo admitiu ter escondido a pochete de seu filho dentro do cesto de roupa sujas, alegando que desconhecia que no seu interior havia drogas. Pese a primariedade da autuada, sobreleva considerar que a delação apontava que ela e seu filho estavam praticando a mercancia espúria em conjunto, sendo certo que apresentou conduta conivente ao consentir com a guarda de drogas em sua residência. Ademais, urge acrescentar que tentou ocultar a pochete em que foram encontradas as drogas, sugerindo que já de algum tempo estava se dedicando a esse lucrativo mercado ilícito, de maneira que a concessão da liberdade à autuada representaria concreto prejuízo à ordem pública, tudo a recomendar sua custódia, com o fim de estancamento da atividade criminoso. Por último, o crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/ 2006 é punido com pena

privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos (artigo 313, I, CPP). Assim, nos termos da Lei nº 12.403/2011, que deu nova redação ao disposto no artigo 310 do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante em preventiva de TATIANA ROSA REIS, qualificado(a) nos autos, estando presentes os requisitos dos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal, expedindo-se o respectivo mandado de prisão preventiva.

Como se vê, o decreto justifica a necessidade da custódia destacando que *Em prol da ordem pública, deve-se verificar que o(a) autuado(a) estaria na posse de razoável quantidade de droga, consistente em 21 porções de maconha, embaladas individualmente, pesando 29,24 gramas, 19 porções de cocaína pesando 2,54 gramas, 14 pedras de crack pesando 12,48 gramas, além de R\$ 361,75 em dinheiro, uma folha de caderno contendo anotações típicas da traficância e uma balança de precisão. Ao que consta, os investigadores de polícia receberam delação apontado que a autuada Tatiana e seu filho João Vitor estariam praticando o tráfico ilícito.*

Ressalta-se que a quantidade de droga apreendida não se mostra relevante, pois, no total, foram apreendidos com a paciente 29,24g de maconha, 2,54g de cocaína e 12,48g de crack. Ademais, não foram ventilados na decisão constritiva quaisquer fundamentos que evidenciem um *plus* de reprovabilidade na conduta praticada pela paciente, a ponto de desbordar das elementares do delito de tráfico.

Nesse sentido, a Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação

# *Superior Tribunal de Justiça*

permitirá a prisão por risco social.

Sendo assim, não se apontou elemento do caso concreto para justificar a prisão, fazendo afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, defiro a liminar para soltura da paciente TATIANA ROSA REIS, o que também não impede nova e fundamentada decisão cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator